



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA**

Ofício n.º 448/XII/1.ª – CACDLG /2013

Data: 03-04-2013

Assunto: Relatório da participação da Assembleia da República no Simpósio sobre Terrorismo no âmbito do “Projeto de Intercâmbio e Diálogo Parlamentar”, realizada em Antália, na Turquia, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2013.

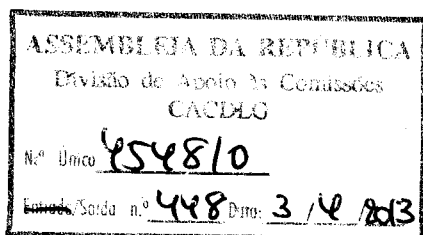
Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto envio a Vossa Excelência o relatório da participação da Assembleia da República no Simpósio sobre Terrorismo no âmbito do “Projeto de Intercâmbio e Diálogo Parlamentar”, que decorreu em Antália, na Turquia, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2013, na qual participou, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, o Senhor Deputado João Lobo (PSD).

Mais informo que o conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de 3 de abril de 2013.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Fernando Negrão)





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório de participação do signatário, em representação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias na iniciativa Parliamentary Exchange & Dialogue, realizada no Royal Wing Hotel, em Antália, Turquia, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2013

I – Sinótico enquadramento e objetivos do simpósio

Para melhor elucidação do conteúdo da iniciativa e dos seus participantes, anexam-se o Programa e a Lista de Presenças, aqui dados por reproduzidos.

II – Breve síntese das Comunicações (sem embargo de terem ocorrido erros na tradução da língua turca ou na recepção da conversão desta nas línguas francesa e inglesa).

1 - No início da apresentação do Simpósio, no âmbito do enquadramento geral do evento, foi reiterada por Besir Atalay a vontade política da Turquia em aderir à União Europeia, no mais curto período de tempo. Foi evidenciada a circunstância de a Turquia se ter já candidatado formalmente à adesão à União Europeia em 1987, ainda que só em 1999 a candidatura tenha sido oficialmente considerada. Nesse âmbito, entre outras vantagens que poderiam advir para a União, foram invocadas e salientadas a localização estratégica, as potencialidades económicas (de acordo com o FMI, em 2011, a Turquia foi a 18.ª maior economia mundial) e populacionais da Turquia.

Foram ainda evidenciadas as circunstâncias que relevam do facto de a Turquia ser membro das Nações Unidas desde 1945, do Conselho da Europa desde 1949 e da Nato desde 1952.

Foram também referenciados os esforços e os progressos que a Turquia tem vindo a desenvolver no plano da superação das dificuldades que têm obstado à adesão à UE; a parceria destinada a preparar o país para a adesão à União Europeia e a familiarizá-lo com as políticas e com os procedimentos da União, particularmente através da sua participação em programas comunitários.

Aludiu-se aos esforços desenvolvidos pela Turquia no cumprimento das prioridades definidas pela UE para a sua adesão, que contemplam: o diálogo político reforçado, critérios políticos, económicos e o acervo comunitário. Entre outras - no quadro de estabelecimento da Democracia e do Estado de Direito – as que se inserem no sistema judiciário e no combate contra a corrupção; a garantia, promoção e protecção dos direitos humanos e a protecção das minorias; o respeito pela legislação internacional; o respeito pelos direitos civis e políticos, a prevenção da tortura e de maus-tratos, as questões regionais; os esforços realizados tendentes à resolução pacífica dos diferendos transfronteiriços; as obrigações decorrentes do acervo comunitário.

Evidenciaram-se os esforços empreendidos pelo Estado Turco para se encontrarem satisfeitos os critérios políticos de adesão. Elencaram-se as dificuldades existentes com que se tem deparado a integração na União Europeia, pese embora as últimas e recentes posições adotadas pela França, que se constituem em favoráveis auspícios no desbloqueamento dos vários capítulos que actualmente se encontram “ fechados”.

Foi dada nota, entre outras iniciativas adoptadas, de realização de encontros, no mês antecedente, com instituições integradas na União Europeia, tais como o Eurojust e a Europol.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2 – **Ideias, contributos, posições e estratégias** que, no plano geral, emergiram do conteúdo das diferentes comunicações no desígnio do aprofundamento da cooperação transfronteiriça, em particular no domínio da luta contra o terrorismo. Breve referência.

O núcleo central das comunicações objetivou-se na necessidade premente de se combater o terrorismo. Neste âmbito, foi evidenciada a necessidade de os Estados se comprometerem, empenhadamente, através de acções adequadas e eficazes, nesse desígnio.

Relativamente à Turquia, foi notada a circunstância de esta se mostrar uma zona geográfica muito sensível e interdependente das circunstâncias existentes e emergentes na área dos Balcãs.

Foi recorrentemente evidenciada a premência de uma definição, no quadro jurídico-político do conceito de “terrorismo” que possa ser universalmente aceite, tendo em conta a sua eficaz prevenção ou repressão.

No caso específico da Turquia, foi notada a dimensão moral a ter em conta no fenómeno terrorista, a natureza dos diferentes grupos organizados que agem nesse plano e a evolução da sua sustentação político-ideológica que se tem transmutado de quadrantes ideológicos, historicamente reconhecidos, para áreas do foro psicossocial onde o discurso “legitimador” passou a ter inscrição numa base distinta, primordialmente étnico – religiosa.

Foi ressaltada a necessidade de aplicação das regras adoptadas pela EU ao fenómeno terrorista, na Turquia; evidenciado um novo paradigma no combate ao terrorismo com apoio do Parlamento nacional; a adopção de medidas legislativas e práticas políticas tendentes a provocar a assimilação das minorias étnicas e de modo particular da população curda (os curdos integram 18% da população); a necessidade de resolução dos diferentes processos instaurados contra a Turquia, pendentes no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, sob alegação da prática de tortura.

As comunicações deram ênfase às alterações já realizadas no Código Penal, à publicação de livros, à redução das competências dos Tribunais Militares, à recuperação por banda da jurisdição civil e do Tribunal Constitucional das questões respeitantes à apreciação de eventuais violações dos direitos fundamentais.

No quadro das medidas político-práticas que têm em vista integrar as diferentes etnias na comunidade nacional turca foi ainda colocada especial ênfase na adopção de medidas que têm por escopo o acolhimento do pluralismo na população; as medidas de igualização entre os cidadãos; o ensino da língua materna na escola pública; o incremento do efectivo direito de voto, com acompanhamento do processo eleitoral de representantes que garantem a seriedade dos actos eleitorais etc, etc.

Foi exposta a situação de existirem grupos terroristas que agem na Turquia e que sob a forma de ONGS atuam na Europa, designadamente em França e na Alemanha.

O terrorismo foi considerado um problema comum à Europa e à Turquia, tendo sido feito notar que o financiamento na Europa das organizações terroristas se realiza primordialmente, através do tráfico **de drogas** e do **branqueamento de capitais**.

De modo geral, sob a invocação de que existe uma dimensão recíproca da política de segurança comum entre a Turquia e a União Europeia, ressaltou da iniciativa a premente necessidade do reforço da cooperação na luta contra o fenómeno terrorista.

3 - Na sua participação apresentada em 15/ 2/ 2013, **Gilles de Kerchove** aludiu à violência manifestada na Grécia que considerou oriunda da extrema-esquerda,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

inspirada na Alcáida e a emergência de novas organizações de natureza terrorista na Europa e na Turquia; querelou os problemas de insegurança com que se deparam os cidadãos europeus em virtude do trânsito de pessoas que circulam entre as fronteiras da Turquia e da Síria; aludiu aos factores de emergência do terrorismo (e da necessidade de serem identificados, caracterizados e erradicados), através dos impulsos obtidos em países onde florescem condições para a formação de jihadistas.

Equacionou as questões trazidas pela “Primavera Árabe”; referenciou as novas formas de terrorismo “escondido” sob a capa de defesa dos direitos humanos. Deu nota das possibilidades que as tecnologias sintéticas poderão favorecer, sustentar e incrementar novas formas de terrorismo.

Fez ressaltar a necessidade de serem reexaminados e avaliados minuciosamente os modos de cooperação existentes no combate ao terrorismo; a premência de um novo quadro jurídico relativo a extradições; evidenciou a circunstância de a Turquia ter empreendido esforços legislativos em matéria de dados pessoais que favorecem a Cooperação Judiciária e os esforços realizados pelo Estado Turco tendo em vista a melhoria da cooperação no Espaço Judiciário Europeu.

Notou a necessidade premente de a Turquia dever empenhar-se na luta contra as organizações terroristas, contra a Alcáida e as suas organizações “satélites” cujos agentes transitam pelo seu território e são recrutados no Paquistão e no Afeganistão.

Referenciou algumas das dificuldades no relacionamento entre os países, dadas as disparidades existentes nos respectivos ordenamentos jurídicos, no quadro do combate ao terrorismo. A esse propósito, referiu a circunstância de o Estado Português permitir extradições por condenações em pena de prisão inferior a cinco anos.

Procurou caracterizar a bondade de alguns fundamentos susceptíveis de constituírem respostas adequadas ao fenómeno terrorista, considerando que o crime terrorista não raro é entrevisto pelos seus autores como um método e um modo de realização de justiça; que urge uma aproximação multilateral dos países, reconhecendo os esforços convergentes empreendidos pela Turquia e a premência de partilha e troca de informações entre a União Europeia e a Turquia, no quadro do combate ao fenómeno do terrorismo.

Mursel Ali Kaplan discreteou sobre o financiamento das organizações terroristas que operam na Turquia e debruçou-se sobre as consequências do eventual uso das armas de destruição maciça e sua propagação. Discorreu sobre os meios de financiamento de terrorismo e a necessidade de combate que os Estados devem empreender contra esses meios de financiamento, evidenciando urgência de especial vigilância de que os Bancos e o Sector Financeiro deverão ser objecto, com vista a suprimir as fontes e os meios de suporte económico do terrorismo.

Apresentou, ainda que sumariamente, a experiência turca e as alterações introduzidas no quadro legislativo pelo Parlamento e pelo Governo, quer de ordem preventiva, quer de ordem repressiva, e o modo procedimental como as informações são prestadas e tratadas, designadamente as obrigações de informação que incumbem às organizações financeiras acerca da origem do dinheiro que a elas afluí ou que através delas circula. Apresentou dados quantitativos relativos a informações prestadas pelos Bancos e Serviços Financeiros transmitidos aos Serviços Secretos de Informações, no caso de terem existido suspeitas sobre transações financeiras suscetíveis de financiarem o terrorismo.

Tal como o orador que o antecedeu, deu nota dos recentes progressos realizados na matéria, pela Turquia e enfatizou a necessidade de ser observada uma cooperação mais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

estreita com os serviços homólogos de Informações dos países europeus, de modo particular os que integram a União Europeia.

Mary Bosi, da Universidade do Pireu, partindo da análise dos acontecimentos que hodiernamente têm vindo a emergir na Grécia, focou a sua comunicação nas novas tendências e formas em que se afigura e manifesta o terrorismo.

Deu enfoque à correspondência e à interdependência que se verificam entre a globalização e a radicalização que entronizam as formas de irrupção do terrorismo; exemplificou e caracterizou as novas ideologias que, no seu critério, considerou radicais; apreciou as novas formas de “manifestação” através dos novos meios telemáticos e as instantaneidades dos fenómenos de massas; referenciou as redes de recrutamento; as novas afigurações de “heroísmo” e do “redentorismo” que subjazem às “seitas revolucionárias”; considerou as novas formas de combate a desenvolver contra o fenómeno terrorista; as novas formas conscienciais que consideram o Estado e os Bancos como “ladrões” e partidos políticos legalmente reconhecidos como “contra-partidos”; a difusão de novas retóricas ilusórias usadas contra adversários para serem legitimadas novas formas de violência.

Acentuou a necessidade de serem consideradas e combatidas as novas redes internacionais de terrorismo; a necessidade irrestrita de, no quadro de combate ao terrorismo, ser partilhada informação; a utilização da Internet pelas organizações terroristas.

Vincou a necessidade de os Estados considerarem, de modo particular, as vicissitudes das leis que disciplinam as associações privadas e públicas, a necessidade de a comunidade internacional encontrar um conceito de “terrorismo” que por todos seja aceite. Aludiu às estratégias gizadas no âmbito da ONU que têm recolhido aceitação generalizada no combate ao fenómeno terrorista.

Deu nota das dificuldades que se deparam no acesso à informação necessária ao combate eficaz ao terrorismo, em virtude das diferentes legislações estaduais que divergem quanto aos conceitos e ainda no plano das “definições mínimas”. Tornou clara a necessidade de certo tipo de crimes, como os de branqueamento de capitais e de tráfico, não poderem ser considerados apenas como infrações autónomas mas, muitas vezes, deverem ser considerados no plano de crimes inseridos no combate ao fenómeno terrorista.

Discorreu ainda sobre as plúrimas motivações daqueles que praticam actos terroristas, evidenciando que a riqueza não deixa de induzir à prática dos atos, nem as boas maneiras ou a boa educação, só por si, evidenciando a diversa e inesperada álea de motivações hoje subjacente ao surgimento do fenómeno terrorista.

Nathalie Goulet - considerou, no plano geral, ações e procedimentos a serem considerados em vários planos (videovigilância, Internet, locais públicos, aeroportos, etc.) no âmbito da prevenção e perseguição do terrorismo. Expôs o quadro geral existente em França no quadro da prevenção e combate ao terrorismo; aludiu às exigências excessivas do FBI e à sua repercussão na jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu; descreveu o modo como a matéria do combate ao terrorismo e a sua punição se encontra devolvida à jurisdição comum e deu a conhecer que se encontrava prevista, no corrente mês de Março, a celebração de um acordo com a Turquia sobre a matéria de terrorismo.

Eamon O’Cuiv - expôs a experiência irlandesa de trinta anos, no combate ao terrorismo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ana Salina de Frias, da universidade de Málaga, focou a sua intervenção no binómio “ Liberdade-Segurança”, no quadro do Estado de Direito, enunciando que os princípios fundamentais em que assenta o Estado de Direito exigem que, na prevenção e no combate ao terrorismo, devam ser preservados os direitos fundamentais.

Enunciou medidas que, no seu entender, deveriam enformar a estratégia da União Europeia no combate ao terrorismo.

Nesse plano, deu especial ênfase ao valor do aparelho judiciário na sua função asseguradora e garantidora dos Direitos do Homem; na separação dos poderes executivo e judicial; na inscrição das matérias de prevenção e combate no plano das relações internacionais.

Recordou a necessidade de ser reposta a normalidade da garantia dos direitos fundamentais logo que a compressão cesse, ainda que sempre adentro dos critérios da constitucionalidade e da legalidade. Evocou a necessidade de as organizações internacionais deverem respeitar os Direitos do Homem, no quadro do combate ao terrorismo. Para o efeito, evidenciou a instante urgência na fixação e repartição de competências entre as diversas instituições; a insuficiência do quadro jurídico existente no domínio transfronteiriço; a não discriminação entre nacionais e não-nacionais; e as insuficientes definições conceituais.

Destacou a necessidade de ser presente, assegurada e efetivada, a garantia de que a Liberdade e os Direitos do Homem deverão prevalecer sobre as exigências da Segurança.

Suleimão Ozeren - discorreu sobre o terrorismo e o contra-terrorismo. Destacou o uso de jovens “sem idade” para serem capturados por ideologias, como fonte de recrutamento de terroristas.

Valerio De Divitiis - debruçou – se sobre a necessidade de serem consideradas as condições políticas próprias de cada território na prevenção e combate ao terrorismo e tomou como exemplos os casos de Itália nos anos 60 e a situação irlandesa.

Salientou a necessidade de o fenómeno terrorista ser enquadrado no âmbito das garantias consagradas na Carta Europeia dos Direitos do Homem. Considerou as situações de proliferação do surgimento do “extremismo radical” e destacou a necessidade de se combater a pauperização e as “comunidades vulneráveis”. Destacou o necessário enlace dos políticos locais contra a radicalização; a necessidade de ser compreendido o objecto da ameaça; a necessidade de instituições internacionais; a premência de serem evitados comportamentos de natureza violenta, seja de que ordem seja, a promoção da coesão social e a promoção do desenvolvimento. Aludiu ainda à necessidade de cooperação do Estado com a “sociedade civil” e as suas organizações.

N. Goulet considerou ainda a natureza reativa das medidas adoptadas no combate ao terrorismo. Equacionou a circunstância de ter de ser a liberdade e o princípio de organização democrática a terem de conviver com o fenómeno terrorista, coabitação essa que deve garantir a prevalência da liberdade. Apontou algumas ideias de como poderá ser superado o aparente paradoxo.

Já na área do combate ao terrorismo apreciou o modo como deverão ser ponderados e valorados os indícios de prova, ressaltando da sua comunicação a necessidade de uma especial abordagem e autónoma valoração dos indícios.

Mehmet Naci Bostanci destacou na sua comunicação a necessidade de os Estados deverem partilhar interesses comuns, sustentando que se recorre ao terrorismo quando os seus atores não encontram outros meios de exporem ou fazerem reconhecer as suas razões, entre as quais destacou as de ordem étnica. Falou da específica circunstância



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

turca, no plano do terrorismo, se ficar a dever a reacções ao fenómeno da assimilação e explanou que a democratização da sociedade turca permitiu o afloramento de manifestações nacionalistas que alimentam e servem de amparo e escudo ao terrorismo. Propôs que fosse considerada pelo Estado Turco a criação de uma comissão parlamentar que se debruçasse sobre o terrorismo.

János Horváth, deputado do parlamento húngaro, após ter sustentado que os terroristas são pessoas “fracas”, fez notar que uma das causas do terrorismo resultava dos desmandos oligárquicos; que se deveria agir sobre a inteligência de gestão; que ocorria uma mudança de paradigma no fenómeno terrorista, que importava estudar e considerar. Destacou a mundialização do fenómeno e a circunstância de o terrorismo utilizar o regime democrático para se organizar e atingir os seus fins.

Fez notar que era imperiosa a adopção da prática de partilha de informações e que deveria ser considerada a instituição de um Centro Mundial de informações com elementos diferenciados, designadamente, dotado de organismos locais e específicas circunstâncias de cada local onde o fenómeno se tivesse manifestado. Considerou a necessidade de ser dado curso a uma estratégia de proactividade e evidenciou que a Turquia luta contra grupos internacionais que criam um “círculo de fogo”, sendo necessário que o país estabeleça laços de compromisso negocial com esses países.

Considerou que uma das concretas razões pelas quais o executor do terrorismo se determina reside na circunstância de, por outro modo, se lhe encontrar impossibilitado o acesso ao poder e que a luta contra o fenómeno terrorista deveria ser feita no quadro da realização dos direitos sociais.

No período de discussão foram aventadas sugestões e considerações que se focalizaram noutras vertentes do fenómeno, de que se dá resumida notícia:

- a circunstância de um Estado se tornar terrorista, e as implicações daí resultantes;
- no caso da Turquia foi evidenciado que o fenómeno terrorista era não apenas dirigido contra o Estado mas ainda contra a Democracia e o Estado de Direito, em que esta se encontrava empenhada em aperfeiçoar e completar à luz das exigências do Conselho da Europa e do direito da União Europeia;
- A exigência dos outros Estados de uma “solidariedade equitativa” que deverá ser cumprida;
- Que a Turquia, no quadro de um Estado de Direito, tem incrementado a luta contra o terrorismo;
- Que existe uma responsabilidade ética que a Comunicação Social deverá assumir no desígnio da luta contra o terrorismo e que esta se deverá empenhar nesse combate, seja no âmbito da definição da função de “jornalista”, no plano da garantia de assegurar a segurança e estabelecer um ambiente que providencie, ou possibilite, uma informação correcta, seja na qualificação de quem deva ser considerada “vítima”, seja ainda no modo como deve ser noticiado o acto terrorista.

Ainda no âmbito da Comunicação Social foi destacada a responsabilidade desta e do Estado em tempo de “terrorismo global”, tendo sido evidenciada a responsabilidade do Estado no sentido de este dever assegurar a liberdade de informação; manter o papel de supervisor; providenciar o profissionalismo; garantir a informação “just in time”, obstar ao uso e difusão da propaganda terrorista; o aproveitamento que os grupos terroristas poderão fazer dos órgãos de comunicação; o seu uso como instrumento privilegiado de garantir o recrutamento, ampliar e difundir o terror, tornando credível a mensagem de que o Estado é “fraco”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Foi dada a conhecer a situação existente no Estado francês quanto à partilha e uso da informação no quadro da prevenção e combate ao terrorismo, tendo sido referenciada a existência de um regulamento que disciplina e enquadra a acção da imprensa em ambiente de terrorismo.

Foi ainda tomada em consideração a necessidade de ser apreciado e regulado o “jornalismo não institucional” enquanto meio de comunicação suscetível de ser usado por grupos terroristas.

A circunstância de a lei e as medidas quase sempre chegarem após os novos meios tecnológicos, os actos terroristas já terem sido consumados e a necessidade de a prevenção ganhar maior eficácia. Neste âmbito foi equacionada a possibilidade de recurso a mecanismos éticos como forma de potenciar os meios preventivos e dissuasivos de existência dos grupos e da prática de actos terroristas.

Entre as causas de irrupção do fenómeno terrorista foram destacados ainda alguns factores, como os que resultam das fraturas das ideologias, das clivagens que irrompem na sociedade, das tensões sociais e as vulnerabilidades que poderão afetar cada membro da coletividade.

A finalizar deverá ter-se em consideração que a iniciativa objecto do presente relatório converge com as medidas que têm vindo a ser impulsionadas no âmbito da União Europeia no quadro do aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras.

Tem-se presente que algumas das dificuldades enunciadas no simpósio tendentes a combater e a reprimir o terrorismo foram evidenciadas no relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a execução da Decisão 2008/ 615/ JAI do Conselho, de 23 de Junho de 2008, (“ Decisão Prüm”), relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras [designadamente nos seus elementos: consulta automatizada de dados (dados relativos a perfis de ADN, dados dactiloscópicos – impressões digitais – e dados relativos ao registo de matrícula de veículos); intercâmbio de informações para prevenção de infracções criminais; cooperação policial e protecção de dados], em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras, no qual se referem as dificuldades de execução da “Convenção Prüm” relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em parte já transposta para o direito comunitário, relatório aquele objecto do parecer subscrito pela Senhora Deputada Andreia Neto e apreciado nesta Comissão no pretérito dia 12 de Fevereiro de 2013.

O Deputado Relator,

João Lobo

15th February 2013 , Friday

20:00 Arrival in Antalya
Dinner - Royal Wings Hotel

16th February 2013, Saturday

08:30 - 09:00 Registration

09:00 - 09:30 Opening Speeches

Prof. Dr. Mehmet TEKELİOĞLU
Jean-Maurice RIPERT
Prof. Dr. Beşir ATALAY

Chair of the Committee on EU Harmonisation and Project Leader
Head of the Delegation of the European Union to Turkey
Deputy Prime Minister

09:30 - 09:45 Coffee Break

09:45 - 11:00 Terrorism : Perspectives from EU and Turkey

Moderator: Dr. Mevlüt ÇAVUŞOĞLU

Speakers: Muammer TÜRKER
Gilles de KERCHOVE
Mürsel Ali KAPLAN
Doç. Dr. Mary BOSI

Deputy, Member of Turkish Delegation to the PACE,
Former President of PACE
Secretary General of the National Security Council
EU Counter-Terrorism Coordinator , Council of the EU
Head of Financial Crimes Investigation Board (MASAK)
University of Piraeus

11:00 - 12:00 Discussions*

12:00 - 13:00 Lunch

13:00 - 14:00 Security versus Freedom

Moderator: Ayşe Eser DANIŞOĞLU
Speakers: Nathalie GOULET
Eamon O'CUIV TD
Prof. Dr. Ana SALINAS DE FRIAS
Doç. Dr. Süleyman ÖZEREN
Valerio DE DIVITIIS

Member of the Committee on EU Harmonisation, GNAT
Senator of Orne, French Senate
Deputy, Irish Parliament
Malaga University
Director of International Center for Terrorism and Transnational Crime (UTSAM),
Academician at Police Academy
Development and Counter Terrorism Analyst
Osservatorio Mediterraneo di Geopolitica e Antropologia (OMEGA)

14:00 - 15:00 Discussions*

19.00 Working Dinner at Akdeniz University – Akdeniz Restaurant

17th February 2013

09:00 - 09:30 Registration

09.30 - 11:00 Transborder Cooperation Countering Terrorism

Moderator: Stephan MAYER
Speakers: Mehmet Naci BOSTANCI

Dr. János HORVÁTH
Dr. Bilal SEVİNÇ

Adam BALCER

Deputy, German Parliament
Chair of the Sub-Committee on Terrorism,
Member of the Turkish Delegation to OSCEPA
Deputy, Hungarian Parliament
Chief of International Relations Division Turkish National Police,
Department on Counter Terrorism
Programme Director, demosEuropa Centre for European Strategy

11:00 - 12:00 Discussions*

12:00 - 13:00 Lunch

13:00 - 14:00 Media and Terrorism: The Right to Security and the Right to Information

Moderator: Egidijus VAREIKIS
Speakers: Etyen MAHÇUPYAN
Assoc. Prof. Nurdan AKINER
Klaus JÜRGENS
Hasan Selim ÖZERTEM

Deputy, Lithuanian Parliament
Columnist, Zaman Newspaper
Chair of the Department of Radio-Television and Film Akdeniz University
Department of Communication
Journalist, Today's Zaman
Head of the Center for Security and Energy Studies,
International Strategic Research Organisation (USAK)

14:00 - 15:00 Discussions*

15:00 - 18:00 Site Visit – Aspendos Theatre

20:00 Dinner

15 Şubat 2013, Cuma

Antalya'ya Varış

20:00 Akşam Yemeği - Royal Wings Oteli

16 Şubat 2013, Cumartesi

08:30 - 09:00 Kayıt

09:00 - 09:30 Açılış Konuşmaları

Prof. Dr. Mehmet TEKELİOĞLU
Jean-Maurice RIPERT
Prof. Dr. Beşir ATALAY

AB Uyum Komisyonu Başkanı ve Proje Lideri
Avrupa Birliği Türkiye Delegasyonu Başkanı
Başbakan Yardımcısı

09:30 - 09:45 Kahve Arası

09:45 - 11:00 Terör : AB ve Türkiye Perspektifi

Moderatör: Dr. Mevlüt ÇAVUŞOĞLU
Konuşmacılar: Muammer TÜRKER
Gilles de KERCHOVE
Mürsel Ali KAPLAN
Doç. Dr. Mary BOSI

Milletvekili, AKPM Türk Grubu Üyesi, AKPM Eski Başkanı
Milli Güvenlik Kurulu Genel Sekreteri
AB Terörle Mücadele Koordinatörü
Mali Suçları Araştırma Kurulu Başkanı (MASAK)
Piraeus Üniversitesi

11:00 - 12:00 Müzakereler*

12:00 - 13:00 Öğle Yemeği

13:00 - 14:00 Güvenlik mi Özgürlük mü?

Moderatör: Ayşe Eser DANIŞOĞLU
Konuşmacılar: Nathalie GOULET
Eamon O'CUIV TD
Prof. Dr. Ana SALINAS DE ERBAS
Doç. Dr. Süleyman ÖZEREN
Valerio DE DIVITIIS

AB Uyum Komisyonu Üyesi, TBMM
Orne Senatörü, Fransız Senatosu
Milletvekili, İrlanda Parlamentosu
Malaga Üniversitesi
Uluslararası Terörizm ve Sınırtaşın Suçlar Araştırma Merkezi Müdürü (UTSAM),
Polis Akademisi Öğretim Üyesi
Kalkınma ve Terörle Mücadele Uzmanı
Osservatorio Mediterraneo di Geopolitica e Antropologia (OMEGA)

14:00 - 15:00 Müzakereler*

19.00 Akdeniz Üniversitesi'nde Çalışma Yemeği – Akdeniz Restoran

17 Şubat 2013, Pazar

09:00 - 09:30 Kayıt

09:30 - 11:00 Terörle Mücadelede Sınır Ötesi İşbirliği

Moderatör: Stephan MAYER
Konuşmacılar: Mehmet Naci BOSTANCI
Dr. János HORVÁTH
Dr. Bilal SEVİNÇ
Adam BALCER

Milletvekili, Almanya Parlamentosu
TBMM Terör Alt Komisyonu Başkanı, AGİTPA Türk Grubu Üyesi
Milletvekili, Macaristan Parlamentosu
Uluslararası İlişkiler Şube Müdürü Emniyet Genel Müdürlüğü
Terörle Mücadele Daire Başkanlığı
Program Direktörü, demosEuropa Avrupa Strateji Merkezi

11:00 - 12:00 Müzakereler*

12:00 - 13:00 Öğle Yemeği

13:00 - 14:00 Medya ve Terör: Güvenlik Hakkı ve Bilgi Edinme Hakkı

Moderatör: Egidijus VAREIKIS
Konuşmacılar: Etyen MAHÇUPYAN
Doç. Dr. Nurdan AKINER
Klaus JÜRGENS
Hasan Selim ÖZERTEM

Litvanya Milletvekili
Köşe Yazarı, Zaman Gazetesi
Radyo-Televizyon ve Film Bölümü Başkanı Akdeniz Üniversitesi
İletişim Fakültesi
Gazeteci, Today's Zaman
Güvenlik ve Enerji Çalışmaları Merkezi Başkanı
Uluslararası Stratejik Araştırmalar Kurumu (USAK)

14:00 - 15:00 Müzakereler*

15:00 - 18:00 Saha Ziyareti – Aspendos Tiyatrosu

20:00 Akşam Yemeği – 7 Mehmet

LIST OF PARTICIPANTS

AUSTRIA

Mr. Hans-Jörg JENEWEIN

Member of Federal Council - Freedom Party of Austria,
Austrian Parliament

Dr. Klaus WÖLFER

Ambassador, Austrian Embassy

Dr. Werner FASSLABEND

President of Austrian Institute for European and Security
Policy, Former Minister of Defence

BELGIUM

Mr. Richard MILLER

Senator, Belgian Senate

Mr. Ahmet KAPLAN

Vice President of European Turkish Business Confederation

BULGARIA

Mr. Pavel Iliev DIMITROV

Member of Internal Security and Public Order Committee,
National Assembly of the Republic of Bulgaria

Mr. Tsvetan Emilov SICHANOV

Member of Internal Security and Public Order Committee,
National Assembly of the Republic of Bulgaria

CZECH REPUBLIC

Mr. Václav HUBINGER

Ambassador, Embassy of the Czech Republic

ESTONIA

Mr. Andre SEPP

Member of the Committee on Foreign Relations, Estonian
Parliament

FRANCE

Ms. Josette DURRIEU

Senator, French Senate

Ms. Nathalie GOULET

Senator, French Senate

Dr. Massoud GHADESSI

Advisor, French Senate

GERMANY

Mr. Stephan MAYER

MP, German Parliament

Mr. Salim ÖZDEMİR

Chair, Council in Rhineland-Palatinate Region for Migration
and Integration

Ms. Valeria KICSI

Hungarian Ministry of Foreign Affairs
First Secretary, Hungarian Embassy

IRELAND

Mr. Eamon O'CUIV TD

Former Minister of Agriculture, MP, Irish Parliament

ITALY

Mr. Valerio DE DIVITIIS

Development and Counter Terrorism Analyst, Osservatorio
Mediterraneo di Geopolitica e Antropologia (OMEGA)

LITHUANIA

Mr. Egidijus VAREIKIS

Member of Committee on Legal Affairs and Human Rights,
Parliamentary Assembly of Council of Europe

POLAND

Mr. Norbert OBRYCKI

Mr. Adam BALCER

Senator, Committee on Foreign Affairs, Polish Senate
Programme Director, demosEUROPA Centre for European
Strategy

PORTUGAL

Mr. Adriano Rafael MOREIRA

Mr. Raúl ALMEIDA

Mr. João OLIVEIRA

Chair of Portugal-Turkey Parliamentary Friendship Group,
Portuguese Parliament

MP, Member of Portugal-Turkey Parliamentary Friendship
Group Portuguese Parliament

MP, Portuguese Parliament

SPAIN

Mr. Pedro AGRAMUNT

Mr. Arcadio Tejera DÍAZ

Prof. Dr. Ana SALINAS DE FRIAS

Member of Committee on Legal Affairs and Human Rights,
Parliamentary Assembly of Council of Europe

Member of Committee on Legal Affairs and Human Rights,
Parliamentary Assembly of Council of Europe

Law Department - ECTS Coordinator, Malaga University

TURKEY

Prof. Dr. Beşir ATALAY

Prof. Dr. Mehmet TEKELİOĞLU

Mr. Sadık BADAĞ

Mr. Mehmet Naci BOSTANCI

Dr. Mevlüt ÇAVUŞOĞLU

Deputy Prime Minister, The Grand National Assembly of
Turkey (GNAT)

MP from Izmir- AK Party, Chair of the Committee on EU
Harmonization, Project Leader, GNAT

MP from Antalya- AK Party, GNAT

MP from Amasya-AK Party, Member of the Organization for
Security and Co-Operation in Europe Parliamentary
Assembly-OSCEPA, GNAT

MP from Antalya- AK Party, Member of Turkish Delegation
to the Parliamentary Assembly of the Council of Europe,

Mr. Hüseyin SAMANI

Mr. Yıldırım SAPAN

Mr. Ali ŞAHİN

Mr. Menderes M. Tevfik TÜREL

Mr. Lütfü TÜRKKAN

Committee on EU Harmonization, GNAT

MP from Antalya - AK Party, GNAT

MP from Antalya - CHP, GNAT

MP from Gaziantep - AK Party, Member of the Committee on
EU Harmonization, GNAT

MP from Antalya- AK Party, GNAT

MP from Kocaeli - MHP, Member of the Committee on EU
Harmonization, The Grand National Assembly of Turkey

Mr. Cem ZORLU	MP from Konya - AK Party, Member of the Committee on EU Harmonization, GNAT
Dr. İrfan NEZİROĞLU	Secretary General, GNAT
Mr. Muammer TÜRKER	Secretary General, National Security Council
Mr. Mürsel Ali KAPLAN	Chair, The Financial Crimes Investigation Board
Mr. Kudret BÜLBÜL	Deputy Undersecretary, Undersecretariat of Public Order and Security
Mr. Muhsin ALTUN	Central Finance and Contracts Unit Director, Programme Authorizing Officer
Ms. Fatma Ceren ETİZ	Deputy Assistant Director General - Directorate of Security and Intelligence, Ministry of Foreign Affairs
Dr. Bilal SEVİNÇ	Head of the Department of Counter-terrorism, Turkish National Police Department
Mr. Tahsin AKTI	Advisor on Media Affairs to the Deputy Prime Minister's Office
Mustafa AKAR	Prosecutor, Supreme Court of Appeals
Zekeriya SAMANCI	Prosecutor, Supreme Court of Appeals
Prof. Dr. Arif KÖKTAŞ	Head of the Department of International Security Studies, Lecturer at Police Academy
Assoc. Prof. Süleyman ÖZEREN	Director of International Center for Terrorism and Transnational Crime - Police Academy
Assoc. Prof. Nurdan AKINER	Chair of the Department of Radio-Television & Film, Faculty of Communication, Akdeniz University
Dr. Fatih YAMAÇ	Department of Counter-terrorism, B Branch, Turkish National Police Department
Mr. Reşat Uğur KARACAN	EU Affairs Expert on Directorate of Civil Society, Communication and Culture, Ministry for EU Affairs
Ms. Dilek CEYLAN ÇALIŞKAN	Contract Manager, Central Finance and Contracts Unit - CFCU
Ms. Aygül ÖZDEMİR	Contract Manager, Central Finance and Contracts Unit - CFCU
Ms. Fatma Dilşad EROZAN	Finance Manager, Central Finance and Contracts Unit - CFCU

Dr. Ahmet ALTIPARMAK
Prof. Dr. Mustafa AKAYDIN
Prof. Dr. İsrail KURTCEBE
Prof. Dr. Burhan ÖZKAN
Mr. Yalçın KOÇKAL

Mr. Alper Tunga BACANLI
Mr. İdris TAŞ
Mr. Bekir Bülend ÖZSOY

Governor of Antalya
Mayor of Antalya Metropolitan Municipality
Rector of Akdeniz University
Advisor of Rector, Akdeniz University
Director, Turkish National Police Department Antalya Central Directorate
President, Antalya Bar Association
Vice President, Antalya Association of Journalists
Honorary Consul, Honorary Consulate of Hungary in Antalya

Major İlker GÖNEN
Mr. İhsan NERGİS
Mr. Abdurrahman BALCI
Mr. Hamit ÇELİK
Mr. Güven ÖZATA
Dr. Figen Ceylan

Ms. Ebru AKELOĞLU
Mr. Deniz AKGÜN
Mr. Ersin AYDIN
Mr. Mehmet ÇINAR
Ms. Melis METİN
Mr. Cenk ÖZEL
Mr. Tolga YILDIRIM

EUROPEAN UNION

Mr. Andrew DUFF

Mr. Jürgen KLUTE
Mr. Jean-Maurice RIPERT

Mr. Gilles DE KERCHOVE

Mr. Thomas GRUNERT

Mr. Erwan MARTEIL

Mr. François NAUCODIE

Director of Intelligence, Gendarmerie Forces in Antalya
Head of BDP Antalya Branch
Head of BDP Kepez County Branch
Head of BDP Muratpaşa County Branch
Member, BDP Antalya Branch
Academic Coordinator of the Project Development, Research
and Application, Akdeniz University
Correspondent, Posta Akdeniz Newspaper
Publishing Coordinator, Akşam Akdeniz Newspaper
Chief Editor, AB Media
Correspondent, Doğan News Agency
Correspondent, AB Media
Photographer, AB Media
Correspondent, Doğan News Agency

Member of Delegation to the EU-Turkey Joint Parliamentary
Committee, Spokesman of Constitutional Affairs for the
Alliance of Liberals and Democrats for Europe (ALDE),
President of Union of European Federalists (UEF), European
Parliament

Member of European Parliament, European Parliament
Head of the Delegation of the European Union to Turkey,
Delegation of the European Union to Turkey
EU Counter-Terrorism Coordinator, Council of the European
Union

Head of Unit - Enlargement/EEA, European Parliament- DG
EXPO

First Counsellor, Head of Section, Financial Co-operation,
Institution Building & Civil Society, Delegation of the
European Union to Turkey

First Counsellor, Political Officer, Foreign Policy, Delegation
of the European Union to Turkey

Mr. Celil İŞİK
Mr. Hikmet İlhan İREN
Ms. Yeşim USLU
Ms. Filiz TÜRER
Mr. İrfan KAÇAR

Assist. Expert on Legislation, GNAT
Assist. Expert on Legislation, GNAT
Assist. Expert on Legislation, GNAT
Office of the Secretary General, GNAT
TBMM TV, GNAT
TBMM TV, GNAT